

O SURGIMENTO E A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA DO TRABALHO

THE BEGINNING AND THE IMPORTANCE OF WORK GEOGRAPHY

EL SURGIMIENTO Y LA IMPORTANCIA DE LA GEOGRAFÍA DEL TRABAJO

Herodes Beserra Cavalcanti¹

cavalcanti458@gmail.com

RESUMO: Esse texto preocupa-se com o tratamento teórico dado ao tema do trabalho na geografia no intuito de apontar sua relevância para compreensão do atual mundo do trabalho. Dentro do quadro da geografia, essa temática por muito tempo apareceu como um assunto periférico, diluído nas análises da geografia econômica. Constituído no plano formal como um objeto a ser descrito, não havia destaque nessas análises os conflitos entre capital e trabalho. No decorrer dos anos de 1970 e 1980, a geografia passa por intensas transformações provenientes da influência do marxismo que levaram a uma crescente discussão de problemáticas sociais no âmbito do espaço social. Com isso, a temática do trabalho começa a ganhar destaque, inicialmente diluída em análises sobre os impactos do desenvolvimento desigual do capital. Posteriormente, o foco das análises dirige-se a temas específicos acerca da organização dos trabalhadores, suas formas de luta e condições de trabalho.

Palavras chaves: Geografia; trabalho; espaço; reestruturação produtiva.

ABSTRACT: This text is concerned with the theoretical treatment given to the theme of work in geography in order to point out its relevance for understanding the current world of work. Within the framework of geography, this theme has long appeared as a peripheral subject, diluted in the analyzes of economic geography. Constituted on the formal plane as an object to be described, there was no emphasis in these analyzes on the conflicts between capital and labor. During the 1970s and 1980s, geography has suffered intense transformations from the influence of marxism that led to a growing discussion of social issues within the scope of social space. With this, the theme of work begins to gain prominence, initially diluted in analyzes on the impact of the unequal development of capital. Subsequently, the focus of the analyzes is directed to specific themes about the organization of workers, their forms of struggle and working conditions.

Keywords: Geography; work; space; productive restructuring.

RESUMEN: Este texto se refiere al tratamiento teórico dado al tema del trabajo en geografía para señalar su relevancia para comprender el mundo del trabajo actual. En el marco de la geografía, este tema ha aparecido durante mucho tiempo como un tema periférico, diluido en los análisis de la geografía económica. Constituido en el plano formal como un objeto a describir, no había énfasis en estos análisis los conflictos entre capital y trabajo. Durante las décadas de 1970 y 1980, la geografía ha experimentado intensas transformaciones derivadas de la influencia del marxismo que condujo a una discusión cada vez mayor de los problemas sociales en el ámbito del espacio social. Con esto, el tema del trabajo comienza a ganar importancia, inicialmente diluido en análisis sobre el impacto del

¹ Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP. Docente do Centro Paula Souza – CPS.

desarrollo desigual del capital. Posteriormente, el enfoque de los análisis se dirige a temas específicos sobre la organización de los trabajadores, sus formas de lucha y las condiciones de trabajo.

Palabras clave: geografía; trabajo; espacio; reestructuración productiva.

INTRODUÇÃO

Neste texto, apontam-se avanços teóricos na abordagem da temática do trabalho na geografia. Com isso, pretende-se frisar sua importância para compreendermos as mutações recentes do mundo do trabalho em face da reestruturação produtiva e da crescente importância do setor de serviços para economia.

Desde os anos 1970, o mundo passa por intensas mudanças. A produção em massa de produtos estandardizados e as políticas keynesianas nas quais o Estado possuía um papel dominante passaram a ser substituídas. A produção torna-se cada vez mais diferenciada, no âmbito de uma economia de escala. O modo de organização do trabalho, influenciado pelo sistema toyota de produção, torna-se majoritariamente flexível. No plano da política econômica, a disseminação das ideias neoliberais implica uma supervalorização da lógica do mercado em detrimento da regulação estatal.

A progressiva interferência financeira na economia e a redução da força da indústria na geração de empregos e renda acompanham essas mudanças. Nesse processo, é notório nas áreas urbanas a crescente importância do comércio e dos serviços na geração de emprego e renda, bem como a concentração de baixos salários e de altos níveis de precarização do emprego.

Diante dessas mudanças, as análises das ciências sociais passam a ser aperfeiçoadas ou mesmo redefinidas na tentativa de contestar, legitimar ou discutir os impactos dessas transformações no mundo em que vivemos. Nesse processo, ganham importância na geografia humana as análises que enfocam a temática de gênero, o trabalho, a pobreza, os movimentos sociais, a cultura etc. (GREGORY, 1996; CLAVAL, 2011).

Essas transformações redefiniram a abordagem do trabalho. Segundo Andrew Herod (2001), na geografia, a temática do trabalho por muito tempo apareceu como um assunto periférico, diluído nas análises da geografia comercial e econômica. O trabalho era tratado como um fator de produção em estudos que enumeravam as atividades, apontavam os custos de produção e a distribuição dos empregos. Constituído no plano formal como um fator de produção a ser descrito, não havia lugar nessas análises para conflitos entre capital e trabalho.

Nos anos 1970, em um ambiente de maior influência do marxismo, marcado pela ascensão da corrente da geografia crítica e radical, a temática do trabalho começa a ganhar importância em análises que exploram o impacto do desenvolvimento desigual do capital em diferentes escalas geográficas. Posteriormente, o tema do trabalho ganha centralidade em estudos sobre a organização dos trabalhadores, suas formas de luta e condições de trabalho.

O presente artigo encontra-se dividido em duas partes: na primeira, procura-se discutir o aparecimento da temática do trabalho na geografia e indicar as principais mudanças de tratamento que acabaram por conferir maior destaque para a geografia do trabalho. Na segunda, sem a preocupação de se constituir em um inventário exaustivo, destacam-se os estudos considerados importantes para o desenvolvimento atual dessa temática.

GEOGRAFIA E TRABALHO

A temática do trabalho na geografia por muito tempo apareceu em análises que priorizavam a descrição das atividades realizadas no âmbito da relação homem-meio. Nessas abordagens, o trabalho era considerado um fator de produção fundamental à sobrevivência econômica do homem; todavia, os trabalhadores eram abordados de maneira passiva. As contradições presentes no engajamento dos trabalhadores no processo laboral, na venda de sua força de trabalho e na manutenção de suas condições de vida não era central.

Para Thomaz Júnior (2002), essa abordagem do trabalho, enquanto fator de produção e modo de sobrevivência, passou a ser conhecida pela denominação de geografia do emprego. As origens desse enfoque remontam a Vidal de La Blache.

No entanto, se recorremos à estrutura fundante desse raciocínio chegaríamos a Vidal de La Blache, que atrelou à noção de trabalho ao ato de transformar, capaz de permitir ao homem extrair do meio (habitat) as condições e os meios de vida. O trabalho, estreitamente vinculado à órbita das relações econômicas, aqui circunscritas ao sentido de força-de-trabalho, era responsável pelos requerimentos dos modos de existência e que teoricamente esteve na cimeira do conceito de gênero de vida (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 3).

Conforme Moreira (2004), esse enfoque relacionava-se à maneira como a geografia clássica abordava a natureza e o trabalho. A primeira aparecia mais como um recurso e o segundo mais como um fator de produção necessário à sobrevivência dos homens em espaços e tempos definidos, em parte pelo grau de desenvolvimento técnico.

A predominância dessa visão nos círculos acadêmicos acabou por ocultar o caráter social da temática do trabalho, já abordado por geógrafos anarquistas. Por exemplo, Piotr Kropotkin nos livros *Campos, indústrias e oficinas* e *A conquista do Pão* ao tratar da temática do trabalho no contexto da grande indústria salienta o processo de expropriação dos trabalhadores, os efeitos danosos da divisão do trabalho e aponta formas de organização, luta e resistência. Élisée Reclus fazendo uso de uma abordagem semelhante em capítulos do livro *O homem e a terra* destaca aspectos das contradições do desenvolvimento capitalista ao problematizar a concentração de riqueza relacionada à manutenção da pobreza.

Com o esquecimento proposital dessa forma de tratar a temática do trabalho predominou uma abordagem do trabalho como fator de produção a ser descrito e analisado. Com base em Lacoste (2014), por detrás da aparente objetividade científica desse enfoque negou-se a geograficidade dos fatos políticos que envolvem a temática.

Assim, a forma de abordar a temática do trabalho que marcou o período da geografia clássica se manteve com poucas transformações no pós-guerra, período em que a disciplina passou por um movimento de renovação. O aparecimento da corrente quantitativa na geografia e a influência do marxismo, com o desenvolvimento da geografia ativa, fazem parte desse quadro.

Os geógrafos quantitativos, preocupados em se distanciar das metodologias da geografia tradicional, considerada por eles ultrapassada, pouco funcional e presa à prática da descrição, debruçaram-se na elaboração de modelos matemáticos-estatísticos. Esses modelos procuravam traçar comparações e correlações no intuito de aperfeiçoar a explicação de fenômenos e permitir a elaboração de prognósticos. Com isso, a geografia quantitativa procurava garantir legitimidade científica e aplicabilidade nesse campo do saber (SANTOS, 1980; MORAES, 2007).

Nesse cenário, sob influência da corrente quantitativa, as análises da geografia econômica abordavam o trabalho como um fator de produção, ou ainda, como um recurso a ser descrito e correlacionado a outros elementos. Desse modo, aspectos que envolviam o custo, a localização e a distribuição do trabalho, em um espaço inerte, recebiam maior destaque. Nessa acepção, o trabalhador ainda era abordado de forma passiva, sendo reduzido a uma abstração. Essas análises eram facilmente instrumentalizadas a serviço do Estado e do mercado (HEROD, 2001).

Em suma, o padrão de abordagem neoclássico, como interpretação da geografia econômica, tem pelo menos duas consequências importantes

quando considera a marginalização conceitual na literatura geográfica do poder da classe trabalhadora. Primeiro, claramente, o ponto de vista apresentado é o do capital. Em segundo lugar, a geografia econômica evitou tratar o trabalhador tanto como um indivíduo quanto como um membro de um grupo social [...]. Assim, nas explicações neoclássicas não há pessoas na produção de paisagens econômicas, apenas abstrações nas quais o trabalho é reduzido às categorias de salários, níveis de habilidade, localização, gênero, número de sindicalizado e assim por diante, cuja importância relativa é ponderada pelas empresas em suas tomadas de decisões locais (HEROD, 2001, p. 22-23, tradução nossa)².

A geografia econômica que se destina a essa crítica foi desenvolvida nos anos 1950/60 sob influência dos estudos de economia espacial os quais estavam ancorados, em grande parte, nas análises dos economistas Von Thunen, August Losch, Alfred Weber e do geógrafo Walter Christaller que se destacou com a teoria dos lugares centrais. Nesses estudos, em que o tema do trabalho não era expressivo, a abordagem do tema girava em torno dos custos e fatores locais.

Quando o trabalho é considerado, como nos estudos neoweberianos da empresa, é novamente apenas nos termos passivos de como a distribuição espacial da força de trabalho, diferenciada por habilidade, custo e assim por diante, é uma influência no investimento e nas estratégias de localização de uma corporação. Portanto, por exemplo, o modelo do ciclo do produto é amplamente baseado no argumento de que, à medida que a produção se tornar mais padronizada, as empresas procurarão locais com baixos custos de mão de obra e/ou altas produtividades de mão de obra. (HEROD, 1997, p. 7, tradução nossa)³.

Esse modo de se fazer geografia, em certa medida, passou a ser conduzido pelo interesse do Estado e das empresas, acabando-se por se afastar dos conflitos e contradições próprios da problemática social. Para Pierre George (1980), essa abordagem contribuiu para o desenvolvimento de uma geografia aplicada.

Em oposição a essa forma de pesquisa, desenvolvem-se os estudos da geografia ativa a partir das análises de um grupo de geógrafos franceses, entre os quais cabe mencionar Pierre George, Raymond Guglielmo, Yves Lacoste e Bernard Kayser. Esses estudos

²“In sum, then, the standard neoclassical approach as interpreted in economic geography has at least two important consequences when considering the conceptual marginalization of the geographic power of working-class people in the literature. First, clearly, the point of view presented is that of capital. Second, it presents an economic geography devoid of workers, both as individuals and as members of social groups. [...] Thus, there are no people in neoclassical explanations of the production of economic landscapes, merely crude abstractions in which labor is reduced to the categories of wages, skill levels, location, gender, union membership, and so forth, the relative importance of which is weighed by firms in their location decision making.” (HEROD, 2001, p. 22-23).

³“When labor is considered, as with neo-Weberian studies of the firm, it is again merely in the passive terms of how the spatial distribution of labor power, differentiated by skill, cost and so forth, is one influence on a corporation’s investment and location strategies. Hence, for instance, the product cycle model is largely predicated on the argument that as production becomes more standardized, corporations will seek out locations with low labor costs and/ or high labor productivities.” (HEROD, 1997, p. 7).

destacavam-se tanto por uma aproximação com o marxismo quanto pela preservação de elementos da geografia tradicional. Desse modo, a geografia ativa, ainda presa a análises com foco em sínteses regionais e locais, procurava estabelecer em suas investigações um balanço de conjunturas, enquanto explicitava as desigualdades socioespaciais e realizava uma crítica à pretensa neutralidade e cientificidade da geografia aplicada.

Nesse ambiente de renovação da geografia, algumas questões, no que se refere à temática do trabalho, à diversidade de experiência dos trabalhadores e à capacidade de luta destes para se manter no emprego e moldar seu espaço de trabalho, conforme suas necessidades, ainda não recebiam destaque. Os limites dessa abordagem podem ser encontrados em Pierre George (1969, p. 93) para o qual o “trabalho é encarado pelo geógrafo como fator de produção e modo de existência, envolvendo a ação dos grupos humanos em quadros temporais definidos com base na forma do meio em que vivem e desenvolvem sua atividade”.

Segundo essa concepção, a temática do trabalho deve ser explorada no plano da extensão, com foco na ordenação, na organização e na distribuição das atividades humanas. Essa forma de conceber o temário do trabalho decorre, em parte, da proposta de Pierre George (1969) em procurar delimitar as diferenças e os pontos de contatos entre as especificidades das investigações geográficas e sociológicas, a primeira no plano horizontal e a segunda no vertical.

Em resumo, para Pierre George (1969) a geografia objetivava a análise da situação atual das coletividades humanas, contribuindo para a investigação da realidade social no plano horizontal. Assim, sobressaem estudos preocupados em traçar correlações e em identificar a extensão de uma determinada problemática de modo a permitir a elaboração de sínteses locais e regionais. A sociologia, por outro lado, deve se concentrar em análises que abarcam o plano vertical ao procurar avançar em profundidade e em especificidade temas articulados com a totalidade social.

Nos anos 1970, com o crescimento da influência do marxismo na geografia, desenvolve-se a crítica à pretensa neutralidade dos métodos estatísticos e matemáticos, utilizados pela geografia quantitativa. A força desse questionamento também abarcava o método positivista, ancorado na ideia de progresso, que marcou a geografia clássica e ainda influenciava a geografia ativa, por exemplo, presente na rigidez dos limites na abordagem do trabalho pelo geógrafo e da própria delimitação do campo dessa disciplina no plano horizontal.

Nesse ambiente de transformações, desenvolve-se a geografia radical nos EUA e a geografia crítica no Brasil questionando as concepções e conceitos ancorados na influência do positivismo e no quantitativismo. Essa renovação do pensamento geográfico procurava realizar uma análise crítica dos problemas sociais e, com isso, expor as contradições do espaço social.

Entre os geógrafos que contribuíram para redefinir a abordagem da geografia destacam-se as contribuições de David Harvey, presente na publicação *A justiça social e a cidade*, de 1973, e as de Milton Santos presentes no livro *Por uma geografia nova*, de 1978. Ambos, a partir da influência do marxismo, se distanciaram da geografia precedente ao se lançarem na tarefa de atualização da prática do geógrafo, assim como na atualização do arcabouço conceitual da disciplina, a partir do esforço de pensar de maneira integrada, no espaço, as formas materiais e os processos sociais.

Dessa maneira, a geografia sobre influência do marxismo procurou renovar seu arcabouço teórico na medida em que concentrava suas análises na crítica da dinâmica do espaço capitalista através de investigações que priorizavam a relação sociedade-espaço. Apesar do avanço dessa abordagem, que destaca as mutações na composição do capital e procura apontar os impactos socioeconômicos da expansão do capital pelo espaço, pouco se tratou do papel dos trabalhadores como tema central na produção do espaço. Esta é a avaliação do geógrafo Andrew Herod:

Especificamente enquanto as abordagens neoclássicas concebem o espaço como um palco no qual os agentes econômicos simplesmente interagem, a análise marxista foca sobre os processos pelos quais as geografias são ativamente produzidas como construções sociais integrais para a reprodução das relações sociais capitalistas e de processos contínuos de acumulação. E, ainda, apesar das afirmações de que os trabalhadores possuem uma posição privilegiada dentro das análises, porque o valor é derivado do trabalho, ironicamente, a abordagem marxista durante esse período tendeu a ignorar o papel do trabalho na atividade de produção geográfica do capitalismo em favor de análises sobre a dinâmica do capital (HEROD, 2001, p. 32, tradução nossa⁴).

⁴ “Specifically, whereas neoclassical approaches conceived of space as a stage upon which economic actors simply interact, Marxist work focused on the processes whereby geographies are actively produced as social constructions integral to the reproduction of capitalist social relations and continuance of the accumulation process. And yet, despite its claims that workers enjoy a privileged position within analysis because value is derived from labor, ironically Marxist work during this period tended to overlook labor’s role in actively making the geography of capitalism in favor of the analysis of the dynamics of capital” (HEROD, 2001, p. 32).

Uma outra avaliação semelhante a essa se encontra na abordagem de Ruy Moreira. Para o autor, a renovação da geografia, no que diz respeito à abordagem da temática do trabalho, ficou circunscrita às análises de valorização do espaço pelo capital:

Ao centrarem o diálogo no entendimento restrito da categoria da natureza, do trabalho e da riqueza enquanto formas de expressão das categorias do valor econômico numa economia de mercado, o momento da “geografia radical/crítica” deu como produto uma economia política do espaço basicamente (MOREIRA, 2004, p. 27).

Nas últimas décadas do século XX, no entanto, a geografia torna-se mais plural e a presença do marxismo na geografia passa por novas transformações, favorecendo a construção de uma abordagem em que o trabalho aparece como tema central. Com isso, as análises, no geral descritivas, em que o trabalho aparecia como fator de produção necessário à execução de atividades restritas ao plano econômico, receberam novos contornos. Igualmente, sofreram alterações as análises sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo, nas quais os trabalhadores exerciam um papel secundário.

NOVOS TRABALHOS

No Brasil, as preocupações em ampliar os horizontes da abordagem sobre o tema do trabalho na geografia podem ser observadas com maior sistematização no livro de Ruy Moreira *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço*, de 1985. Nele o autor realiza uma análise sobre as contradições enfrentadas pelos trabalhadores da cidade e do campo a partir da última década do século XIX, passando por momentos-chave da história do país, notadamente, a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, o golpe de 1964 e a redemocratização do país, no início dos anos 1980.

Nessa abordagem, o engajamento dos trabalhadores, no intuito de enfrentar o espaço organizado e ordenado pelo mercado, ganha destaque. No enfoque do autor, esse processo é explicitado “[...] através do modo como o confronto dominação/libertação entre capital e trabalho se exprime na forma de espaço/contra-espaço” (MOREIRA, 1985, p. 17).

Com tal análise, o autor se distancia das abordagens da geografia que tratavam do trabalho no nível econômico enquanto fator de produção ou em análises em que, no processo de produção do espaço pelo capital, a ação dos trabalhadores não possuía destaque. Dessa

maneira, Moreira (1985, p. 22) distanciava-se da “[...] concepção formal e fragmentária da divisão técnica do trabalho derivada do conceito de capital como fator e não como relação entre classes”.

Ademais, outras análises na geografia com foco no trabalho se sucederam. Dentro da temática da geografia agrária, destaca-se a tese de livre docência *Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista*, de Rosa Ester Rossini, de 1988. Essa pesquisa pioneira na temática de gênero, na geografia, destaca a condição de migrante dos trabalhadores, mulheres e homens, na lavoura canavieira, pesquisados na macrorregião de Ribeirão Preto, do Estado de São Paulo. No estudo, Rossini salienta o crescimento da participação das mulheres na atividade canavieira e as características do trabalho feminino, como, por exemplo, a jornada dupla de trabalho e o aumento do número de mulheres que se tornam arrimo de família.

Nos anos 1990, a pesquisa de Thomaz Júnior soma-se a esses estudos. Com sua tese de doutoramento *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana*, que procurava analisar a reestruturação do segmento sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, a partir de 1970, Thomaz Júnior enfatiza a relação entre capital e trabalho. No estudo, o pesquisador salienta os entraves, os desafios e as aspirações do movimento sindical na defesa dos interesses dos trabalhadores do campo. Do autor, destaca-se ainda a preocupação em teorizar o estudo do trabalho. Parte dessa discussão, encontra-se no artigo “Por uma geografia do trabalho”, de 2002.

No referido artigo de 2002, o autor frisa a importância do uso de conceitos e categorias da geografia (lugar, paisagem, território e espaço) no interior da temática do trabalho. Cabe notar, também, sua preocupação em não abordar o trabalho apenas como um fator de produção. Para o autor, o trabalho, originário da relação metabólica do homem com a natureza possui centralidade e sentido ontológico, portanto é fundamento na constituição do ser humano.

Essa abordagem influenciada pelas pesquisas de Georg Lukács sobre a ontologia do ser social contrasta com outras interpretações. Para Arendt (2010) e Gorz (2007), por exemplo, o trabalho é uma construção da modernidade desenvolvida na fase industrial do capitalismo. Antes desse período o trabalho era depreciado, não sendo considerado fundamento da sociedade.

Conforme essa crítica, no bojo do desenvolvimento do capitalismo, o trabalho passa a ser considerado elemento estruturante da sociedade, fundamento econômico e social de que não podemos prescindir. Apesar disso, ele é negado, a busca por redução de custos e o aumento dos lucros leva através do desenvolvimento técnico e organizacional a precarização

e redução do número de postos de trabalho. Tal contradição nos impele a questionar a racionalidade do sistema que ao passo que elimina trabalho, afirma que devemos trabalhar cada vez mais (em horas e em intensidade) por menos, submetendo a vida ao trabalho e não o seu contrário (GORZ, 2007).

Atualmente, avolumam-se estudos que abarcam a temática do trabalho. Na Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, destacam-se as contribuições do grupo de estudo da obra do pensador Robert Kurz, fundamentadas no debate sobre um *colapso da modernização* e na crítica à ontologia do trabalho. As atividades acadêmicas do grupo ocorrem no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR), do Departamento de Geografia.

No departamento de geografia dessa universidade, igualmente, destacam-se trabalhos que partem de outras filiações teóricas. A tese de doutoramento de Amir El Hakim de Paula: *A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial*, de 2011 reflete influência de autores anarquistas, onde o autor procura destacar a dimensão territorial das greves organizadas pelos sindicatos nas primeiras décadas do século XX. Em um período de pluralismo sindical, a interferência do Estado na organização sindical era mínima, a base territorial de atuação dessas entidades não era delimitada e o processo de formação e organização dos sindicatos comportava mais de uma categoria de trabalhadores. Tal situação proporcionava aos sindicatos o desenvolvimento de práticas de ação, mais horizontais, cuja expressão geográfica encontrava-se nas greves de solidariedade⁵.

No cenário nacional, o tema geografia e trabalho ganha repercussão no plano do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), pelo qual Thomaz Júnior é o coordenador, na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente – SP. Das atividades do CEGeT, destacam-se os encontros anuais realizados na Jornada do Trabalho e, também, as publicações divulgadas pela revista Pegada. Nesses encontros e publicações, percebe-se uma forte repercussão da temática do trabalho nos cursos de geografia nas universidades brasileiras.

Em outros países, igualmente, destaca-se o processo de renovação e construção de uma abordagem geográfica do trabalho. São inúmeros estudos que exploram essa temática destes consideramos expressivo fazer menção à produção de três geógrafos: Linda Mc Dowell e Jane Wills do Reino Unido e Andrew Herod, dos EUA.

⁵ Segundo Paula, as greves de solidariedade eram: “Baseadas num entendimento de que a classe operária era única e por isso deveriam ser superadas as diferenças corporativas, esses movimentos ocorriam em apoio a uma categoria específica, independente da relação econômica que poderia esta ter com a classe como um todo” (PAULA, 2011, p. 125).

Linda Mc Dowell (2006, 2009) contribui para pensar o trabalho a partir da localização e discussão das intersecções de nacionalidade, classe, raça e gênero. Nesses estudos aponta que apesar dos avanços ocorridos na transição de uma sociedade fordista para uma pós-fordista, melhoria dos rendimentos e ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e na vida política, nota-se que velhas e novas formas de preconceito e desigualdade permanecem e ganham repercussão no espaço social.

Jane Wills (2005; 2016) ao focar a temática do trabalho procura mapear os conflitos de classe na Inglaterra e enfatizar a luta e organização dos trabalhadores fora do espaço interno de trabalho. Para a autora, a expansão do raio de ação dos trabalhadores tende a ganhar força quando conta com o apoio da comunidade local: igreja, movimento estudantil, movimentos de luta por moradia, comunidade de bairro, dentre outros.

Segundo Wills (2005; 2008), desde os anos 1970, a organização sindical, predominantemente centrada na luta no local de trabalho, no setor industrial e público perde força. A reestruturação produtiva e o crescimento da importância do setor de serviços na economia aceleram esse processo, o que tem levado a outras estratégias de organização e luta dos movimentos sociais.

Como elemento representativo de sua pesquisa, sobressaem-se as análises sobre a atuação dos trabalhadores, na escala local, contra os impactos negativos da terceirização, ocorridos no Homerton Hospital, além das campanhas pelo aumento do salário mínimo na Universidade Queen Mary, ambas em Londres, na Inglaterra (WILLS, 2008, 2009).

No estudo referente ao Homerton Hospital, a ação dos trabalhadores da alimentação, limpeza e segurança, organizados no sindicato UNISON, tiveram papel decisivo na reversão da perda de benefícios decorrentes da terceirização. As reivindicações dos trabalhadores, que receberam apoio da comunidade local, foram movidas contra a empresa principal, o Homerton Hospital, que havia terceirizado os serviços. O argumento utilizado pelos trabalhadores foi de que a terceirização, ao precarizar o emprego, provoca queda na qualidade dos serviços oferecidos à comunidade hospitalar.

No caso da Universidade Queen Mary, o sindicato não esteve presente na luta dos trabalhadores, contudo, a participação da comunidade escolar, professores, estudantes, pais, entre outros, foi decisiva para que os empregados dos serviços de limpeza estruturassem uma campanha por melhoria salarial. O apoio dos atores sociais estrutura-se na prerrogativa de que a melhoria dos salários e condições de trabalho é tanto boa para os trabalhadores quanto para comunidade local, uma vez que as conquistas dos trabalhadores repercutem na melhoria

da qualidade dos serviços prestados. Soma-se a isso a maior conscientização e fortalecimento dos laços da comunidade local (WILLS, 2009).

Nos EUA podemos destacar os estudos recentes de Andrew Herod, sintetizados em artigos e no livro *Labor Geographies: Workers and the Landscapes of Capitalism*, de 2001. Em seus estudos, o trabalhador, devido às suas necessidades (moradia, lazer, educação e condições de trabalho etc.), possui preocupações que incluem uma produção do espaço. As preocupações dos trabalhadores residem em suas reivindicações que extrapolam a dimensão estreita do consumo e se ligam à dimensão de produção e reprodução de suas vidas. Nessa perspectiva, o trabalhador produz contraditoriamente tanto o espaço do capital quanto o espaço que visa refletir seus interesses.

Dessa maneira, do mesmo modo que o capital produz o espaço conforme suas necessidades de reprodução no âmbito de um desenvolvimento desigual, o trabalhador também produz, nesse domínio, seu espaço conforme suas necessidades. A autonomia restrita do trabalhador faz parte do movimento que abarca uma relação de força entre os trabalhadores, os empregadores e o Estado, no processo de constituição do espaço.

Os trabalhadores têm pouca escolha a não ser viver em paisagens as quais podem, por vezes, permitir e, em outras vezes, restringir suas ações sociais - eles não podem mais viver "além" da geografia, além das relações espaciais da sociedade, tanto quanto do capital. Os trabalhadores claramente têm imaginação espacial sobre a qual eles atuam e na qual eles moldam suas práticas políticas (HEROD, 2001, p. 268, tradução nossa)⁶.

Em sua análise, Herod (2003) nota que os trabalhadores possuem um enraizamento espacial que é formado por laços estabelecidos com a localidade onde vivem e trabalham. Este enraizamento espacial implica em relacionamentos que variam de valor e intensidade de pessoa para pessoa em relação ao lugar.

Ao relatar aspectos desse enraizamento espacial, Herod (2003) comenta a importância dos trabalhadores defenderem seus interesses locais a partir de uma solidariedade *trans-espacial*. Para ilustrar essa forma de ação o autor analisa a greve de 1998, travada entre a General Motors (GM) e o sindicato United Auto Works (UAW), com duração de 54 dias. O sindicato UAW defendia os interesses dos trabalhadores da planta da GM de Flint, em Michigan, EUA.

⁶ “Workers have little choice other than to live with landscapes which may sometimes enable, and at other times may constrain, their social actions – they can no more live “beyond” geography, beyond the spatial relations of society, than can capital. Workers clearly have spatial imaginations upon which they act and which shape their political practices” (HEROD, 2001, p. 268).

Com intuito de evitar a ampliação das demissões e resguardar os interesses dos trabalhadores diante da reestruturação produtiva, intensificou-se a articulação entre os trabalhadores por meio de uma solidariedade trans-espacial. Rapidamente a greve, que tinha sido iniciada na seção de estamperia, espalhou-se por toda a fábrica, além das filiais localizadas no Canadá, México e Ásia (HEROD, 2003).

Nesse caso, devido à maior articulação dos grevistas, ocorreu uma redefinição da escala de atuação dos trabalhadores. Com isso, a comunicação entre trabalhadores foi acelerada a ponto de as distâncias entre as plantas industriais localizadas em diferentes pontos do EUA, do Canadá, do México e da Ásia serem encurtadas em um processo de fortalecimento do movimento grevista.

Apesar da contraofensiva da GM, após a greve, que acabou por reverter parte dos acordos firmados e, por conseguinte, estimulou o discurso de que “a greve não compensa”, a paralisação em Flint inaugurou uma nova forma de confronto na qual a solidariedade trans-espacial teve destaque (HEROD, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na geografia, o trabalho por muito tempo foi abordado como um tema periférico em análises essencialmente descritivas no âmbito da geografia econômica como já observado, o trabalho era um fator de produção e não um elemento central. Em um contexto de renovação dos pressupostos teóricos da disciplina nos anos 1970, inicialmente com o desenvolvimento da geografia crítica/radical, nota-se uma mudança de perspectiva. A temática do trabalho ganha maior importância, os estudos passam a preocupar-se mais com as condições de trabalho e formas de organização em um espaço social marcado por conflitos que são agravados pela própria lógica do desenvolvimento desigual do capital.

Nesse enfoque, o trabalho é mais que uma fonte de atividades em que os homens executam no espaço econômico direcionada à reprodução da força de trabalho para o capital. O trabalho inclui as relações dos homens com outros homens, produzidas no âmbito do espaço social.

Com isso, a abordagem do tema trabalho na geografia ganhou profundidade e consistência nos últimos anos. Nas análises, diversificam-se as interseções de classe, gênero, etnia e nacionalidade, dando profundidade às pesquisas que destacam o trabalhador como protagonista na tentativa de produzir um espaço adequado aos seus interesses.

Em suma, a temática do trabalho que ganha relevância na geografia abre caminhos para interpretações que enfatizam tanto a reestruturação produtiva na organização e nas condições de trabalho quanto a dinâmica espacial da ação dos trabalhadores frente aos aspectos nefastos desse processo. O engajamento sofre a contra ofensiva dos empregadores e do Estado, também marcada por estratégias espaciais, as quais são capazes de cooptar trabalhadores, minar a ação dos sindicatos e reverter direitos e conquistas trabalhistas. Nessa perspectiva, o conflito entre capital e trabalho desdobra-se no espaço geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaios sobre afirmação e negação do trabalho**. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

_____. **Geografia econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.

GEORGE, Pierre; GUGLIEMO, Raymond; LACOSTE, Yves e KAYSER, Bernard. **A Geografia ativa**. 5 ed. São Paulo: Difel, 1980.

GREGORY, Derek. Teoria Social e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek, Ron MARTTIN e Graham SMITH (orgs.). **Geografia humana. Sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar 1996.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

HARVEY, David. **A Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna**. 18^a ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HEIDEMANN, Heinz Dieter; TOLEDO, Carlos de Almeida, BOECHAT, Cassio Arruda. Vinte anos de grupo de estudo do LABUR – crise e crítica do sistema fetichista produtor de mercadorias e da modernização retardatária brasileira. **Revista do Departamento de Geografia – USP**. V. Especial 30 anos. São Paulo: 2012

HEROD, Andrew. From geography of Labor to a labor geography: labor's spatial fix and the geography of capitalism. **Antipode**. 29:1 1997.

_____. **Labor geographies. Workers and landscapes of capitalism**. New York: Guilford Press, 2001.

_____. Workers, Space, and Labor Geography. **International labor working class history**. New York, n. 64. p. 112-138, fall, 2003.

KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. **A conquista do pão**. 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

_____. **Fields, factories and workshops or industry combined with agriculture and brain work with manual work**. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/category/author/petr-kropotkin> Acesso em: 16/02/2020

MC DOWELL, Linda. Reconfigurations of gender and class relations: class differences, class condescension and the changing place of class relations. **Antipode**, ago. 2006.

_____. **Working bodies: interactive service employment and workplace identities**. USA Wiley-Blackwell, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia. A geograficidade e o diálogo das ontologias. **Revista GEOgraphia**. Niterói, n.º. 11, dez. 2004.

_____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

PAULA, Amir El Hakim de. **A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial**. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP, São Paulo, 2011.

RECLUS, Élisée. **O homem e a terra: textos escolhidos**. São Paulo: Intermezzo, 2015.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: a Mulher na Lavoura Canavieira Paulista** (Tese de livre-docência). São Paulo: FFLCH/USP, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. **Pegada**. Presidente Prudente, v. 3, n. especial, ago. 2002.

_____. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana (uma contribuição ao entendimento da relação capital X trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)**. (Tese de doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

WILLS, Jane. Mapping class and its political possibilities. **Antipode**, jan. 2008.

_____. Subcontracted Employment and its challenge to labor. **Labour Studies Journal**. dez. 2009.

_____. The geography of union organising in low-paid service industries in the UK: lessons from the T&G's campaign to unionise the dorchester hotel, London. **Antipode**, jan. 2005.

_____. **Locating localism: statecraft, citizenship and democracy**. Bristol: Policy Press, 2016.

YVES, Lacoste. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. 3 ed. Campinas: Papyrus, 2014.

Submetido em Março de 2020

Aceito em Maio de 2020